

Moinho S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Moinho S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Moinho S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Moinho S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, a qual descreve que:

(i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft (“Grupo”), após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à SKER, e o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016.

Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um acordo de leniência com as autoridades federais para um desses casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pelo Grupo Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. Em relação aos outros casos, no atual estágio, não é possível prever o resultado final;

(ii) a SKER, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

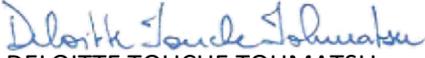
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de maio de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

MOINHO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.198	23.250	Fornecedores	10	2.821	18.271
Contas a receber	7	4.718	13	Salários e encargos sociais		46	35
Outros ativos		90	270	Arrendamentos		79	67
Total do ativo circulante		<u>7.006</u>	<u>23.533</u>	Impostos a recolher		144	21
				Imposto de renda e contribuição social		1.565	144
NÃO CIRCULANTE				Dividendos a pagar	12 (c)	5.663	473
Outros ativos		194	110	Outros passivos		-	27
Imobilizado	8	72.902	74.135	Total do passivo circulante		<u>10.318</u>	<u>19.038</u>
Intangível	9	5.445	569	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		<u>78.541</u>	<u>74.814</u>	Arrendamentos		50	71
				Provisão para riscos cíveis	17	<u>121</u>	<u>6.935</u>
				Total do passivo não circulante		<u>171</u>	<u>7.006</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12 (a)	56.705	70.705
				Reserva de lucros		<u>18.353</u>	<u>1.598</u>
				Total do patrimônio líquido		75.058	72.303
TOTAL DO ATIVO		<u><u>85.547</u></u>	<u><u>98.347</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>85.547</u></u>	<u><u>98.347</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOINHO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica		23.680	22.046
Receita líquida da prestação de serviços		<u>122</u>	<u>-</u>
RECEITA LÍQUIDA	14	23.802	22.046
Custo do fornecimento de energia elétrica	15. a)	(7.056)	(14.336)
LUCRO BRUTO		<u>16.746</u>	<u>7.710</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	15. b)	(1.881)	(1.911)
Outras (despesas) receitas	17	<u>4.764</u>	<u>58</u>
		2.883	(1.853)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>19.629</u>	<u>5.857</u>
Receitas financeiras		9.734	467
Despesas financeiras		<u>(33)</u>	<u>(3.624)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	16	9.701	(3.157)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>29.330</u>	<u>2.700</u>
Imposto de renda e contribuição social	11	(5.484)	(710)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>23.846</u>	<u>1.990</u>
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$	18	<u>0,405</u>	<u>0,030</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOINHO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.846	1.990
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>23.846</u>	<u>1.990</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOINHO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		42.705	57	4.326	-	47.088
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.990	1.990
Aumento de capital		28.000	-	-	-	28.000
Constituição de reserva legal		-	99	-	(99)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(475)	(475)
Dividendos adicionais destinados	12 (c)	-	-	(4.300)	-	(4.300)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	1.416	(1.416)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>70.705</u>	<u>156</u>	<u>1.442</u>	<u>-</u>	<u>72.303</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.846	23.846
Redução de capital	12 (a)	(14.000)	-	-	-	(14.000)
Constituição de reserva legal	12 (b)	-	1.192	-	(1.192)	-
Dividendo mínimo obrigatório	12 (c)	-	-	-	(5.663)	(5.663)
Dividendos adicionais destinados	12 (c)	-	-	(1.428)	-	(1.428)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	16.991	(16.991)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>56.705</u>	<u>1.348</u>	<u>17.005</u>	<u>-</u>	<u>75.058</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOINHO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		29.330	2.700
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita		-	(19)
Repactuação do risco hidrológico	9	(5.074)	
Depreciações e amortizações	8 e 9	2.016	1.942
Encargos financeiros de financiamentos		-	687
(Reversão) provisão para riscos cíveis	17	(6.814)	2.857
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8 e 9	506	22
Despesas financeiras sobre arrendamentos		10	4
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(4.705)	1.367
Outros ativos		96	136
Fornecedores		(15.450)	2.997
Salários e encargos sociais		11	(18)
Arrendamentos		(9)	76
Impostos a recolher		123	(111)
Outros passivos		(27)	14
Juros pagos sobre financiamentos		-	(777)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.073)	(865)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		<u>(4.060)</u>	<u>11.012</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Resgates de aplicação financeira restrita		-	1.534
Aquisições de imobilizado e intangível	8 e 9	(1.091)	(573)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		<u>(1.091)</u>	<u>961</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	12 (c)	(1.901)	(4.300)
Aumento (redução) de capital	12 (a)	(14.000)	28.000
Pagamentos de financiamentos - principal		-	(29.281)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(15.901)</u>	<u>(5.581)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(21.052)</u>	<u>6.392</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	23.250	16.858
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	2.198	23.250
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(21.052)</u>	<u>6.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOINHO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Moinho S.A. (“Companhia” ou “Moinho”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de outubro de 2007, com sede em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, tem por atividade a construção e exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”), com 13.700 KW de potência instalada, localizada no rio Bernardo José, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, nos municípios de Barracão e Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”). A SKER é empresa integrante do grupo norueguês Statkraft.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica foi obtida em 8 de julho de 2008 - Resolução da ANEEL nº 1.451, pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação desta Resolução, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

As licenças de operação, emitidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM), para as atividades da PCH Moinho (com potência de 13,7 MW) (LO nº 06897/2020) e para LT de 138 KV e 24,05 KM de extensão (LO nº 01314/2020), possuem validade até 06 de novembro de 2025 e 27 de fevereiro de 2025, respectivamente.

Em 22 de abril de 2009, foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Energia com a CEMIG Geração e Transmissão S.A., na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 7,0 MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, a partir da data de início das operações da PCH.

1.1. Repactuação do Risco Hidrológico (Liminar GSF - “Generation Scalling Factor”)

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos no mercado de curto prazo, devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, a Companhia esteve protegida do efeito controverso do MRE, até que tal matéria fosse julgada.

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel por meio da REN nº 895/2020.

A Administração da Companhia decidiu aderir ao Acordo e assinar o Contrato (Termo de Aceitação), e renunciando ao direito de novas ações judiciais sobre o GSF.

Em 3 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, foram publicadas pela ANEEL, respectivamente, as REH Nº 2.919 e REN Nº 2.932, com os valores finais das extensões calculadas pela CCEE com base na REN Nº 895/20.

A Companhia recebeu a extensão da concessão fundamentada por lei em 5,97 anos, garantindo o novo prazo de concessão para junho de 2044 (anteriormente julho de 2038), conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

1.2. Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$3.312 (R\$4.495 de capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2020), sobretudo em decorrência do saldo de dividendos obrigatórios, ao passo que os ativos referentes ao contas a receber correspondem apenas ao fornecimento de energia já incorrido. A Administração da Companhia entende que suas operações gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações e manter a continuidade normal de suas operações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 24 de maio de 2022.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

2.4.3. “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são incorridas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), neste exercício.

2.6. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para perdas esperadas é avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos. Na data-base das demonstrações financeiras não havia necessidade de provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Aplicável até 30 de setembro de 2019

A depreciação do ativo imobilizado foi calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante sua vida útil técnica estimada, limitados ao prazo de autorização (vide nota explicativa nº 8).

Aplicável a partir de 1º de outubro de 2019

A partir de 1 de outubro de 2019, a depreciação do ativo imobilizado passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do MCSE (Manual de Contabilidade do Setor Elétrico) da ANEEL, em função do entendimento da administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

2.9. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação e valores de compensações ambientais. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

a) Compensações ambientais

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis conforme o pronunciamento técnico CPC 04.

2.10. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2021, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.11. Fornecedores e saldos a pagar de mercado de curto prazo

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.12. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia se critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de transação e as especificações das operações de venda de energia.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.15. Provisões para riscos cíveis

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

2.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto pelo estatuto social da Companhia.

2.17. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP). A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a CEMIG Geração e Transmissão S.A., na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Em decorrência, e como requerido pela orientação técnica OCPC 05, foi aplicado o pronunciamento técnico PC 27 - Ativo Imobilizado.

2.18. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB no exercício de 2021:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – “Arrendamentos”: Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou a norma IFRS 16 estabelecendo medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel decorrentes de resultados diretamente relacionados à COVID-19. Tais alterações consideram que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento, reconhecendo os efeitos da concessão de forma apropriada em cada caso. Estas tratativas devem ser aplicadas apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021.
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. Até o fechamento do exercício, a Companhia não teve alterações em seus contratos de arrendamentos que refletissem benefícios ou concessões decorrentes do COVID-19 e, portanto, não aplicou as alterações previstas na IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020).
- CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros”: A norma foi revisada incluindo o termo ‘Reforma da taxa de juros de referência’ que se refere à uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de “hedge”. A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:
 - a) a mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.
 - b) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança).

A Companhia não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento do exercício.

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: As alterações emitidas pelo IASB especificam os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Até setembro de 2019, a Companhia reconhecia a despesa de depreciação com base no método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização.

A partir de outubro de 2019, a Companhia realizou mudanças nas estimativas de vida útil do ativo imobilizado onde a depreciação passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

(i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”. A Companhia não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2021.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

c) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A., sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda Real em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a este risco.

b) Risco de crédito

A Companhia possui contrato de venda de energia com a companhia CEMIG Geração e Transmissão S.A., companhia de capital aberto controlada pelo Estado de Minas Gerais com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. A Companhia entende que o risco de crédito é baixo considerando o cliente com qual possui a sua geração negociada.

c) Risco de liquidez

O risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre o financiamento contratado pela Companhia (vide nota explicativa nº 14).

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.198	23.250
	<u>2.198</u>	<u>23.250</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado:		
Contas a receber	4.718	13
Outros Ativos	90	270
	<u>4.808</u>	<u>283</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado:		
Fornecedores	2.821	18.271
Dividendos	5.663	473
Outros Passivos	-	27
	<u>8.484</u>	<u>18.771</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas bancárias em moeda funcional	1	2.620
Aplicações financeiras com liquidez imediata	2.197	20.630
	<u>2.198</u>	<u>23.250</u>

As aplicações financeiras representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB têm rendimento equivalente a 99,00% da variação do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

7. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecimento de energia elétrica	2.898	-
Saldo de mercado de curto prazo	1.801	-
Contas a receber partes relacionadas	<u>19</u>	<u>13</u>
	<u>4.718</u>	<u>13</u>

As contas a receber referem-se ao Contrato de Compra e Venda de Energia, firmado em 22 de abril de 2009 com a CEMIG Geração e Transmissão S.A., na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 7,0 MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, a partir da data de início das operações da PCH.

Em 6 de novembro de 2009, foi firmado o primeiro termo aditivo ao referido contrato, estabelecendo aumento no prazo fixado para apresentação da documentação relativa à estruturação financeira decorrente da contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social ("BNDES"). Em decorrência do atraso na construção da usina, foi firmado, em 16 de abril de 2010, o segundo termo aditivo ao referido contrato, onde foi retificado o período de fornecimento de energia para 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2024.

O saldo a receber referente à liquidação de mercado de curto prazo refere-se aos valores de geração excedente ao contrato de venda de energia, e que deve ser liquidado no âmbito da CCEE.

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

8. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrada a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Terrenos	Reservatório, Barragens e Aduadoras	Ferramentas, Maquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	868	30.766	32.046	86	318	11.007	67	233	75.391
Custo histórico	1.240	43.905	44.171	123	493	15.774	101	233	106.040
Depreciação acumulada	(372)	(13.139)	(12.125)	(37)	(175)	(4.767)	(34)	0	(30.649)
Adições	-	-	-	-	-	-	119	448	567
Baixa de custo	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Transferências custo	-	-	172	-	(125)	-	-	(47)	-
Transferências depreciação	-	-	(48)	-	48	-	-	-	-
Depreciação	(1)	(504)	(909)	(2)	(22)	(326)	(37)	-	(1.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	867	30.262	31.261	84	219	10.681	149	612	74.135
Custo histórico	1.240	43.905	44.343	123	368	15.774	220	612	106.585
Depreciação acumulada	(373)	(13.643)	(13.082)	(39)	(149)	(5.093)	(71)	-	(32.450)
Adições	-	-	-	-	-	-	161	930	1.091
Baixa de custo	-	-	-	-	-	-	(220)	(356)	(576)
Baixa de depreciação	-	-	-	-	-	-	70	-	70
Transferências custo	-	-	39	(5)	-	-	-	(34)	-
Transferências depreciação	(1)	-	-	-	-	-	1	-	-
Depreciação	-	(504)	(916)	(1)	(17)	(326)	(54)	-	(1.818)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	866	29.758	30.384	78	202	10.355	107	1.152	72.902
Custo histórico	1.240	43.905	44.382	118	368	15.774	161	1.152	107.100
Depreciação acumulada	(374)	(14.147)	(13.998)	(40)	(166)	(5.419)	(54)	-	(34.198)
Taxa média depreciação anual %	0,0%	1,1%	2,1%	0,8%	4,6%	2,1%	24,5%	-	-

9. INTANGÍVEL

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental e outros intangíveis cuja movimentação pode ser assim demonstrada:

	Direito de Softwares	Repactuação do risco hidrológico	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	421	-	283	704
Custo histórico	605	-	321	926
Amortização acumulada	(184)	-	(38)	(222)
Adições	6	-	-	6
Amortização	(116)	-	(25)	(141)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	311	-	258	569
Custo histórico	611	-	321	932
Amortização acumulada	(300)	-	(63)	(363)
Adições(*)	-	5.074	-	5.074
Amortização	(117)	(56)	(25)	(198)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	194	5.018	233	5.445
Custo histórico	611	5.074	321	6.006
Amortização acumulada	(417)	(56)	(88)	(561)
Taxa média amortização anual %	19,1%	4,4%	7,8%	

(*) As adições representam a aderência às tratativas da repactuação do risco hidrológico previstas na Lei 14.052/2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1. A Companhia reconheceu o direito de extensão da concessão no montante de R\$5.074 no ativo intangível em contrapartida a rubrica de custos operacionais.

10. FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	135	204
Partes relacionadas	2.686	885
Transações no mercado de curto prazo (*)	-	17.182
	2.821	18.271

(*) Em 31 de dezembro de 2020, as transações no mercado de curto prazo são representadas por R\$2.481 referentes à saldos a serem liquidados no âmbito da CCEE e R\$14.701 referentes à saldos acumulados de GSF que estavam protegidos por liminar, os quais foram integralmente quitados em 2021, em função da adesão ao acordo mencionado na nota 1.1.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados, consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Base de cálculo presumido	22.077	18.496	22.077	18.496
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	1.766	1.480	2.649	2.220
Outras receitas	14.035	467	14.035	467
Base de Cálculo	15.801	1.947	16.684	2.687
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(3.950)	(487)	(1.502)	(242)
	(31)	-	(25)	-
Dedução adicional IRPJ	24	19	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(3.957)	(468)	(1.527)	(242)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital está representado por 56.705.000 ações ordinárias nominativas (70.705.000 em 31 de dezembro de 2020), no valor de R\$1,00 cada uma, pertencentes na sua totalidade a Statkraft Energias Renováveis S.A.

Em 24 de junho de 2021 a Companhia reduziu o capital no montante de R\$14.000, onde o montante foi convertido em caixa para sua acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro líquido do exercício	23.846	1.990
Constituição da reserva legal	(1.192)	(99)
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo	22.654	1.891
Dividendo mínimo estatutário - %	25	25
	<hr/>	<hr/>
Dividendos propostos	5.663	473
Dividendos adicionais	1.428	4.300
	<hr/>	<hr/>
Total de distribuição de dividendos do exercício	<u>7.091</u>	<u>4.773</u>
	<hr/>	<hr/>
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,0999	0,0067
Dividendos adicionais - em R\$	0,025	0,061

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

Em 1 de janeiro de 2020	<hr/>	-
Pagamentos realizados		(4.300)
Dividendos adicionais aprovados		4.300
Dividendos mínimos obrigatórios		473
		<hr/>
Em 31 de dezembro de 2020		473
Pagamentos realizados		(1.901)
Dividendos adicionais aprovados		1.428
Dividendos mínimos obrigatórios		5.663
		<hr/>
Em 31 de dezembro de 2021		<u>5.663</u>
		<hr/> <hr/>

13. PARTES RELACIONADAS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Esmeralda S.A. (i)	19	13
	<hr/>	<hr/>
	<u>19</u>	<u>13</u>
	<hr/>	<hr/>
<u>Passivo circulante</u>		
Partes relacionadas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (v)	2.652	823
Passos Maia Energética S.A. (i)	3	-
Esmeralda S.A. (i)	31	62
	<hr/>	<hr/>
	<u>2.686</u>	<u>885</u>
	<hr/>	<hr/>

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita de serviços com partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	6	-
Esmeralda S.A. (i)	<u>119</u>	<u>18</u>
	<u>125</u>	<u>18</u>
Custo na compra de energia elétrica		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iii)	<u>(246)</u>	<u>(284)</u>
	<u>(246)</u>	<u>(284)</u>
Custo do fornecimento de energia elétrica:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (ii)	(532)	(455)
Esmeralda S.A. (ii)	(357)	(169)
Santa Laura S.A. (ii)	<u>(3)</u>	<u>-</u>
	<u>(892)</u>	<u>(624)</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	(498)	(315)
Esmeralda S.A. (i)	(52)	(80)
Passos Maia Energética S.A. (i)	<u>(2)</u>	<u>-</u>
	<u>(552)</u>	<u>(395)</u>
Despesas financeiras:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iv)	-	(15)
Statkraft Investimentos Ltda. (iv)	<u>-</u>	<u>(12)</u>
	<u>-</u>	<u>(27)</u>

A Companhia mantém os seguintes contratos firmados com partes relacionadas para operação da UEE: (i) serviços de gerenciamento das atividades de operação e compartilhamento de custos administrativos firmados com a Statkraft Energias Renováveis S.A.; (ii) serviços de operação e manutenção firmado com as empresas do grupo; (iii) compra de energia para hedge comercial; (iv) garantias financeiras tomadas e (v) redução de capital e compartilhamentos de custos a pagar para controladora.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 uma vez que sua remuneração é paga pela Statkraft Energias Renováveis S.A. As despesas correspondentes são repassadas à Companhia por meio de compartilhamento de gastos, registrados na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

14. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita bruta da prestação de serviços	126	21
Tributos sobre a prestação de serviços	<u>(4)</u>	<u>(3)</u>
	122	18

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita bruta da venda de energia elétrica	24.551	22.653
PIS sobre a venda de energia elétrica	(155)	(111)
COFINS sobre a venda de energia elétrica	(716)	(514)
	<u>23.680</u>	<u>22.028</u>
	<u>23.802</u>	<u>22.046</u>

15. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Compra de energia	(8.285)	(10.869)
Repactuação do risco hidrológico *	5.074	-
Depreciação e amortização	(2.016)	(1.942)
Serviços de terceiros	(213)	(166)
Serviços tomados de partes relacionadas	(892)	(624)
Encargos setoriais	(292)	(284)
Seguros fianças e comissões	(247)	(236)
Despesas com pessoal	(185)	(215)
	<u>(7.056)</u>	<u>(14.336)</u>

* Com a aderência da repactuação do risco hidrológico conforme tratativas da Lei 14.052/2020, mencionadas na nota explicativa 1.1, a Companhia reconheceu uma recuperação de custos na compra de energia elétrica no montante de R\$5.074.

b) Gerais e administrativas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Serviços de terceiros	(1.136)	(913)
Serviços tomados de partes relacionadas	(552)	(395)
Viagens e estadias	(18)	(12)
Propaganda e publicidade	(43)	(40)
Impostos e taxas	(7)	(127)
Aluguel	-	(24)
Despesas com pessoal	(53)	(80)
Outros	(72)	(320)
	<u>(1.881)</u>	<u>(1.911)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	579	467
Juros e correções monetárias sobre provisões para contingências	<u>9.155</u>	<u>-</u>
	9.734	467
Despesas financeiras:		
Encargos incorridos sobre financiamentos	-	(687)
Correção monetária sobre contingências	-	(2.858)
Juros sobre arrendamento mercantil	(10)	(4)
Comissão de fiança e garantias	-	(27)
Outras despesas financeiras	<u>(23)</u>	<u>(48)</u>
	(33)	(3.624)
	<u>9.701</u>	<u>(3.157)</u>

17. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

O saldo R\$121 em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.935 em 31 de dezembro de 2020) refere-se integralmente a provisões para riscos cíveis.

A movimentação do saldo de contingências passivas consideradas prováveis pela Administração da Companhia ocorrida no exercício de 2020 ocorreu em razão do provisionamento de contingências Cíveis, conforme demonstrado abaixo, no exercício de 2021 ocorreu estorno de processo Cível em função de acordo efetuado com a contraparte, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Valor</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>4.078</u>
Adição	20
Atualização	2.858
Utilização	(21)
Em 30 de dezembro de 2020	<u>6.935</u>
Adição	99
Utilização	(6.913)
Em 30 de dezembro de 2021	<u>121</u>

Contingências possíveis

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa. No encerramento do exercício de 2021 a Companhia apresentava o valor de R\$35 com risco possível de perda (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2020).

Processos investigativos

- a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controladora SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo iniciou uma investigação interna relacionada a SKER, sendo que que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.
- b) A sua controladora SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.
- c) A controladora SKER é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

18. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	23.846	1.990
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	58.853	66.409
Lucro por ação	<u>0,40518</u>	<u>0,02997</u>

19. OUTROS RISCOS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou "Generation Scaling Factor - GSF", o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico que constitui uma proteção à exposição do risco GSF.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. A Companhia saiu do MRE em julho de 2018 e retornou em julho de 2019 se mantendo no mecanismo até então.

b) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada à Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

20. SEGUROS

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 1 de abril de 2022 a 31 de março de 2023.

21. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2021, como parte do processo de repactuação do risco hidrológico, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 5.074 como direito de extensão da concessão da usina no ativo intangível, o qual teve como contrapartida a recuperação do custo operacional. A Companhia realizou tal atividade de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de fevereiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022, aprovando a extensão do período de autorização da Companhia em 3,18 anos. De acordo com a referida resolução, o prazo da outorga passou a ser contado a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, refletindo numa extensão do período total de outorga para as usinas elegíveis, conforme atendimento aos critérios previstos na Lei nº 14.120/21.
